



DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO Nº 74/2016 - MINISTÉRIO DA SAÚDE

-1 JUN 000063 000002

PROTÓCOLO
FEB 11/2016

INTERESSADO

PRESIDÊNCIA/FHB

ASSUNTO

CONVÊNIO Nº 836286/2016

MINISTÉRIO DA SAÚDE 51660 12532

Case

007 7

006 00211-9

COMUNIQUE IMEDIATAMENTE A TRAMITAÇÃO DE PROCESSO AO SETOR
DE CONTROLE A INFORMAÇÃO DEPENDE DESTA REGISTRO.

SOLICITAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO

Por meio deste encaminhamos o documento anexo para que seja autuado e em seguida:

<input checked="" type="checkbox"/>	Devolver ao solicitante.
<input type="checkbox"/>	Encaminhar para:

PROTOCOLO
 Nº 063.000.002/2017-4464

JUN 01 2017 09:00
 SECRETARIA DE SAÚDE
 FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

Interessado: PRESIDÊNCIA/FHB

Assunto: CONVÊNIO Nº 836286/2016 - MINISTÉRIO DA SAÚDE

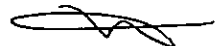
Assunto secundário:

Folha nº	01
Processo nº	063.000.002/2017
Rubrica:	
Matrícula:	1402249-4

Justificativa:

Documento(s) anexo(s): OFÍCIO Nº 9133/2016 – MS/SE/FNS

Data: 02/01/2017


Miriam Daisy Calmon Scaggion
 Diretora Presidente
 Fundação Hemocentro de Brasília

AUTUADO Processo conferido e autuado com <u>16</u> folhas. <u>1402249-4-Protocolo/FHB</u> Rubrica/Matrícula Unidade/Orgão
--

Fundação Hemocentro de Brasília

Em 14/12/2016 Hora: 16:30

Rubrica: Dorotea Matr: 4022494

A. Presidencia



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, 2º andar
70.058-901 Brasília-DF
(www.fns.saude.gov.br)

Ofício nº 9133/MS/SE/FNS

Brasília/DF, 18 de Outubro de 2016

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Miriam Daisy Calmon Scaggion
Diretora Presidente do(a) Fundação Hemocentro de Brasília
Smhn Quadra 03 Conjunto a Bloco 03 - Asa Norte
Brasília/DF
CEP: 70710-908

Assunto: Convênio nº 836286/2016

Senhor(a) Diretora Presidente,

Servimo-nos do presente para encaminhar uma via do Convênio nº 836286/2016, referente à proposta nº 26654/2016 firmado pelo Ministério da Saúde com essa Entidade.

Atenciosamente,

Folha nº	<u>02</u>
Processo nº 063.000	<u>002 0017</u>
Rubrica:	<u>[assinatura]</u>
Matrícula:	<u>1402249-4</u>

Assinado digitalmente por:

I. ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR;23679514034 em 18/10/2016 10:58:03, Diretor Executivo - FNS



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<http://aplicacao.saude.gov.br/bgsiconvws/pages/visualizarDocumentoDigital.jsf?codigo=146835&crc=1f3b98f8>

Folha nº	03
Processo nº 063.000	002 19d 7
Rubrica:	
Matricula:	1402249-4

CONVÊNIO N. 836286 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A(O) FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/DF, VISANDO FORTALECER O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o n. 00.530.493/0001-71, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, em Brasília/DF, neste ato representado pelo(a) Ministro da Saúde, RICARDO JOSE MAGALHAES BARROS, nomeado pelo Decreto de 12 de maio de 2016, publicado no DOU de 13 de maio de 2016, portador(a) do RG n. 6835902, expedido pela SESP/PR, e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. 424.789.799-34 e a(o) o(a) FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/DF, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n. 86.743.457/0001-01, doravante denominado(a) simplesmente **CONVENENTE**, situado no(a) SMHN QUADRA 03 CONJUNTO A BLOCO 03 ASA NORTE, neste ato representado por seu(ua) DIRETORA PRESIDENTE, MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION, portador(a) do RG nº. 600632, expedido pelo(a) SSP DF, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 245.222.951-20, resolvem celebrar o presente Convênio, registrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, sob o n. 836286/2016, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício (Lei n. 13.242/2015), no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, e alterações posteriores, consoante o processo administrativo n. 25000.100599/2016-87, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO AOS PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLOGICAS, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme detalhado no Plano de Trabalho, que passa a integrar o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência/Projeto Básico, quando aplicável, propostos pelo **CONVENENTE** e aprovados pelo **CONCEDENTE**, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à apresentação tempestiva do(s) seguinte(s) documento(s) pelo **CONVENENTE** e à respectiva aprovação pelo setor técnico do **CONCEDENTE**:

- I - Termo de Referência/Projeto Básico, nos termos do art. 1º, § 2º, XXVI, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011; se aplicável, e, caso de serviços de Engenharia voltados à Construção e Ampliação de Imóveis a documentação que se segue:
 - a) Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Projeto Básico; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-financeiro; Memória de Cálculo dos quantitativos de todos os serviços contemplados na Planilha Orçamentária; Planilha de Composição do BDI; Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à elaboração da Planilha Orçamentária e à elaboração dos projetos; e Declaração profissional com CREA referente ao atendimento quanto a Lei de Diretrizes Orçamentária no que tange à compatibilidade entre quantitativos previstos na Planilha Orçamentária com os quantitativos previstos nos projetos, assim como a compatibilidade entre os custos constantes das Planilhas com os custos previstos no SINAPI;
 - b) Licença Ambiental prévia, nos casos que exijam estudos ambientais, na forma disciplinada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, bem como à Instrução Normativa n. 1/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
 - c) comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes ao imóvel indicado à edificação, na forma prevista no inciso IV e seus parágrafos do art. 39 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n. 507/2011.
- II - outra(s) condição(ões) porventura indicada(s) no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho.

Subcláusula Primeira. O **CONVENENTE** deverá apresentar o documento referido no inciso I do caput desta cláusula, antes da liberação da primeira parcela dos recursos, no prazo de 09 (nove) meses, contados da data da assinatura do presente Termo, prorrogável, uma única vez, por igual período, até o limite de 18 (dezoito) meses, incluindo-se eventual prorrogação.

Subcláusula Segunda. O Termo de Referência/Projeto Básico será apreciado pelo **CONCEDENTE** e, se aprovado, ensejará a adequação do Plano de Trabalho, se necessário.

Subcláusula Terceira. Constatados vícios sanáveis no Termo de Referência/Projeto Básico apresentado, o **CONCEDENTE** comunicará o **CONVENENTE**, estabelecendo prazo para saneamento.

Subcláusula Quarta. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico não seja entregue ou receba parecer contrário à sua aprovação, proceder-se-á à extinção do convênio, nos termos dos arts. 37, § 6º, e 43, XVIII, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Quinta. Quando houver, no Plano de Trabalho, a previsão de transferência de recursos para a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, é facultada a liberação do montante correspondente ao custo do serviço.

Subcláusula Sexta. Na hipótese do inciso II do caput desta cláusula, aplica-se o art. 40 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, de forma que o **CONVENENTE** terá 09

(nove) meses de prazo para cumprimento da condição, e desde que feitas as adequações no Plano de Trabalho e apresentadas as justificativas, poderá o prazo inicialmente concedido ser prorrogado, nos termos de ato regulamentar da autoridade máxima do **CONCEDENTE**, por uma única vez, de igual período, não ultrapassando 24 (vinte e quatro) meses, incluída a prorrogação, se houver, devendo o Convênio ser extinto no caso do não cumprimento da condição.

Folha nº	04
Processo nº	063.000.002 Ad 2
Rubrica:	
Matricula:	1402249-4

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

- a) realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial;
- b) transferir ao **CONVENENTE** os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao **CONVENENTE** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- e) abrir conta-corrente vinculada ao presente convênio em instituição financeira oficial controlada pela União, observada a opção do Convenente quanto à instituição financeira e agência, na qual deverão ser efetuados os depósitos a cargo do **CONCEDENTE**;
- f) analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma e prazo fixados no art. 10 do Decreto nº 6.170, de 2007, e no art. 76 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços conveniados; e
- g) notificar o **CONVENENTE** quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial, observado o disposto no § 9º do art. 10 do Decreto nº 6.170, de 2007, c/c § 11 do art. 72 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

II - DO CONVENENTE:

- a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência/Projeto Básico aprovados pelo **CONCEDENTE**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

- c) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho e no Termo de Referência/Projeto Básico, designando profissional habilitado no local da intervenção, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- d) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
- e) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo **CONCEDENTE** ou pelos órgãos de controle;
- f) submeter previamente ao **CONCEDENTE** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- g) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial federal, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- h) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
- i) realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 507, de 2011, mantendo-o atualizado;
- j) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo **CONCEDENTE**, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao **CONCEDENTE** sempre que houver alterações;
- k) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
- l) manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo,

Folha nº	05
Processo nº	063.000.002.019
Rubrica:	8
Matricula:	1402249-4

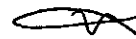
pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas da União, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

- m) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- n) facilitar a supervisão e a fiscalização do **CONCEDENTE**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
- o) permitir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- p) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;
- q) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do **CONCEDENTE**, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;
- r) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- s) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do **CONCEDENTE** em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo **CONCEDENTE**, apondo a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR no 2, de 16 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;
- t) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
- u) manter o **CONCEDENTE** informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização, ou na hipótese prevista no art. 6º, § 1º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, no que for aplicável;
- v) permitir ao **CONCEDENTE**, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

- w) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
- x) garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
- y) apresentar comprovação do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nos financiamentos destinados a construção e ampliação;
- z) registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço global ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o Termo de Homologação e Adjudicação, o extrato do Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento - CTEF e seus respectivos Aditivos, Notas Fiscais e no caso de investimentos relativos a serviços de Engenharia a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, , Boletins de Medições;
- aa) comprometer-se a realizar processo seletivo para fins de escolha de entidade privada sem fins lucrativos, nos moldes dos arts. 8º e 9º da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, nos casos em que a execução do objeto, conforme previsão no Plano de Trabalho, envolver parceria;
- bb) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao **CONCEDENTE**;
- cc) no que couber, obriga-se a respeitar em suas áreas externas e internas a aplicação visual de marcas do SUS previstas em manual disponível em hot site específico na página eletrônica Ministério da Saúde, na internet, sob o título "Manuais de Aplicação de Marcas do SUS"; e
- dd) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do **CONCEDENTE** em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste convênio e obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo **CONCEDENTE**, por a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste convênio, consoante o disposto na Instrução Normativa SECON/PR n. 2/2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la.

CLÁUSULA QUINTA - DA UNIDADE EXECUTORA

Caso haja previsão no Plano de Trabalho da figura da unidade executora, que deve ser órgão ou entidade da administração pública, das esferas estadual, distrital ou municipal, sobre o qual pode recair a responsabilidade pela execução do objeto do convênio, a critério do **CONVENIENTE**, desde que aprovado previamente pelo **CONCEDENTE**, deverá ser considerado como partícipe no preâmbulo do instrumento deste convênio na forma dos artigos 1º, § 2º, XXVII, 43, XXVIII, e 43-A da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, observado o que se segue:



I - a unidade executora deverá estar qualificada no preâmbulo do instrumento e o respectivo representante legal e deverá assinar o instrumento juntamente com os representantes do **CONCEDENTE** e do **CONVENENTE**

II - A unidade executora deverá atender a todos os requisitos da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, aplicáveis ao **CONVENENTE**, inclusive os requisitos de credenciamento, cadastramento e condições de celebração;

III - O acompanhamento e fiscalização e a prestação de contas continuam a cargo do **CONVENENTE**;


IV - O empenho e a abertura da conta bancária específica do convênio devem ser realizados em nome do **CONVENENTE**;

V - caberá à Unidade Executora:

a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho, Termo de Referência/Projeto Básico aprovados pelo **CONCEDENTE**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) responder, por intermédio de seus titulares, em solidariedade com os titulares do **CONVENENTE**, caso constatado desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, na medida de seus atos, competências e atribuições; e

c) realizar no SICONV os atos e procedimentos relativos à execução do Convênio.

Folha nº	06
Processo nº 063.000	002 12d2
Rubrica:	
Matrícula:	1402249-4

CLÁUSULA SEXTA - DO INTERVENIENTE

Caso haja previsão no Plano de Trabalho da figura do interveniente, que corresponde a órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada que participa do convênio apenas para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome, deverá ser considerado como participe no preâmbulo do instrumento deste convênio e o respectivo representante legal deverá assinar o instrumento, juntamente com os representantes do **CONCEDENTE** e do **CONVENENTE** (art. 45 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011).

Parágrafo Único. O interveniente não pode executar as atividades previstas no Plano de Trabalho, o que é tarefa do **CONVENENTE** ou, eventualmente, da unidade executora específica.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do **CONVENENTE** devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

Subcláusula Primeira. O pedido de prorrogação deverá ser acompanhado de justificativa, ao qual se fará juntada de Relatório Situacional demonstrando o atual estágio da efetiva execução do objeto da pactuação, com indicativo do percentual já alcançado, inclusive fotografias.

Subcláusula Segunda. O **CONCEDENTE** prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, com a seguinte disposição e classificação orçamentária:

I - R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), no corrente exercício, correndo à conta da dotação alocada no orçamento do **CONCEDENTE**, autorizado pela Lei n. 13.255/2016, UG/Gestão 257001/00001, assegurado pela Nota de Empenho n. 802022/2016, vinculada ao Programa de Trabalho n. 10.303.2015.4295.0001, PTRES n. 091353, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 6100000000, Natureza da Despesa 44.30.42.

Subcláusula Primeira. A indicação dos créditos e empenhos referentes aos recursos a serem transferidos pelo **CONCEDENTE** nos exercícios subsequentes, consignados no Plano Plurianual, , será realizada mediante registro contábil e formalizada por meio de inserção orçamentária.

Subcláusula Segunda. O **CONVENENTE** obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio.

Subcláusula Terceira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação do **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do **CONCEDENTE** serão depositados na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do **CONVENENTE** em instituição financeira oficial federal.

Subcláusula Primeira. A liberação da primeira parcela dos recursos do **CONCEDENTE** somente será realizada após o cumprimento da condição suspensiva constante neste instrumento, caso prevista.

Subcláusula Segunda. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado no SICONV, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula Terceira. Para o recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o **CONVENENTE**:

- I - atender às exigências para contratação e pagamento previstas nos arts. 56 a 61 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011; e
- II - estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

Folha nº	07
Processo nº	063.000-002407
Rubrica:	
Matrícula:	1402249-4

Subcláusula Quarta. A liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção das impropriedades constatadas, quando:

- I - não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo **CONCEDENTE** ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública;
- II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio; e
- III - for descumprida, injustificadamente pelo **CONVENENTE**, cláusula ou condição do Convênio.

Subcláusula Quinta. Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo **CONVENENTE** em caderneta de poupança de instituição financeira oficial federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

Subcláusula Sexta. As receitas das aplicações financeiras somente poderão ser aplicadas no objeto do Convênio, no interregno de sua vigência, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas.

Subcláusula Sétima. A conta referida no caput desta cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Oitava. É vedada a liberação de recursos pelo **CONCEDENTE** nos 03 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado ao **CONVENENTE**, sob pena de rescisão do ajuste:

- I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras se constantes do Plano de Trabalho;
- II - realizar despesa em data anterior à vigência deste convênio.;
- III - efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;
- IV - alterar o objeto do convênio, exceto quando autorizado pelo **CONCEDENTE** no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto conveniado;
- V - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou

indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

- VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- VIII - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho.
- IX - transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- X - transferir recursos liberados pelo **CONCEDENTE**, no todo ou em parte, a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes do presente Termo, ou à conta que não a vinculada ao presente Convênio; e
- XI - celebrar contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais, ou firmar sub-convênios com outras entidades.


Subcláusula Segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no SICONV e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo **CONVENENTE** mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos casos previstos no inciso II do § 2º do art. 64 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, mediante anuência prévia do **CONCEDENTE**.

Subcláusula Terceira. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do instrumento, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.

Subcláusula Quarta. Antes da realização de cada pagamento, o **CONVENENTE** incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do convênio, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis, quando for o caso.

Subcláusula Quinta. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONVENENTE**, devidamente identificados com o número deste Convênio e mantidos os seus originais em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.



Folha nº	08
Processo nº 063.000	002/2017
Rubrica:	B
Matrícula:	1402249-4

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O **CONVENENTE** deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no Plano de Trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, e aprovado pelo **CONCEDENTE**, nos termos do art. 60 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Primeira. O **CONVENENTE** deverá observar, quando da contratação de terceiros para execução de obras, serviços ou aquisição de bens vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais pertinentes às licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Subcláusula Segunda. O edital de licitação para consecução do objeto conveniado somente poderá ser publicado pelo **CONVENENTE** após a assinatura do presente instrumento e aprovação do Termo de Referência/Projeto Básico pelo **CONCEDENTE**, ressalvado o disposto no art. 36 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Terceira. Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 2005, preferencialmente na forma eletrônica, cuja inviabilidade de utilização deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente do **CONVENENTE**.

Subcláusula Quarta. Na contratação de bens, serviços e obras com recursos do presente convênio, o **CONVENENTE** deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos arts. 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

Subcláusula Quinta. As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas decorrentes das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas no SICONV.

Subcláusula Sexta. O **CONVENENTE** deverá apresentar declaração expressa firmada por seu representante legal, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis à contratação de terceiros, previstas nos arts. 57 a 61 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Sétima. O **CONCEDENTE** deverá verificar o procedimento licitatório realizado pelo **CONVENENTE**, no que tange aos seguintes aspectos:

- I - contemporaneidade das cotações de preços;
- II - compatibilidade dos preços do licitante vencedor com os preços de referência;
- III - enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado, e
- IV - fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do **CONVENENTE** ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

Subcláusula Oitava. Nos contratos celebrados entre o **CONVENENTE** e terceiros, para a execução do objeto do presente Convênio, é vedada a previsão de serviços, compras, alienações, locações ou qualquer outro conteúdo estranho ao previsto no Plano de Trabalho e no Termo Referência/Projeto Básico, sob pena de adoção das medidas previstas neste instrumento e na legislação de referência.

Subcláusula Nona. Compete ao **CONVENENTE**:

- I - n^{os} casos de obras e serviços de engenharia assegurar a correção dos procedimentos legais relativos ao procedimento licitatório, bem como a suficiência do Termo de Referência/Projeto Básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, sempre que optar pela execução indireta de obras e serviços.
- II - registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF e seus respectivos aditivos, e no caso de obras e serviços de engenharia a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- III - prever no edital de licitação e no Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;
- IV - exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF, nos termos do art. 6º, §§ 4º e 5º da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;
- V - fazer constar dos contratos celebrados com terceiros, tendo por finalidade a execução deste Convênio, cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto pactuado, para os servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a fim de que, no exercício de suas atribuições, exerçam atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do projeto, nos termos do art. 56 da Portaria Interministerial n.º 507, de 2011;
- VI - cumprir as normas do Decreto nº 7.983, de 2013, nas licitações que realizar para a contratação de obras ou serviços de engenharia, se previsto, com os recursos transferidos, por meio de declaração de seu representante legal, a qual deverá ser encaminhada ao CONCEDENTE após a homologação da licitação;
- VII - em caso de celebração de termo aditivo, o serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 7.983, de 2013, e respeitados os limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- VIII - para a execução do objeto deste Convênio, caso o regime de execução adotado seja o de empreitada por preço global, deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do Termo de Referência/Projeto Básico, caso envolva obras e serviços de engenharia, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato,

computando- se esse percentual para verificação do limite do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993;

IX - assegurar que o atesto das faturas somente ocorra após a comprovação da efetiva prestação dos serviços, mediante identificação precisa do que foi executado, com descrição ou especificação dos produtos e sua quantidade, salvo em caso de disposição legal em contrário.

Folha nº	09
Processo nº	063.000 002 0017
Rubrica:	
Matrícula:	1402249-4

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao **CONCEDENTE** para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedado o desvirtuamento da natureza do objeto pactuado.

Subcláusula Primeira. O convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas, ao Plano de Trabalho aprovado a ele vinculado e às normas pertinentes, sendo vedado alterar o objeto do convênio, na forma descrita na Cláusula Primeira deste instrumento, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que previamente autorizado pelo **CONCEDENTE**.

Subcláusula Segunda. As alterações e ajustes necessários para execução do objeto deverão ser submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e integrarão o Plano de Trabalho, por meio de Termo Aditivo.

Subcláusula Terceira. As demais alterações que não impliquem modificação de valor nem alteração de objeto, deverão ser registradas por apostilamento, conforme disposto no art. 65, § 8º, da Lei 8.666/1993.

Subcláusula Quarta. Alcançado o objeto pactuado neste convênio, não serão permitidas a prorrogação e/ou a alteração do Plano de Trabalho, com o fim de utilizar eventuais saldos remanescentes decorrentes da execução deste instrumento e/ou de aplicações financeiras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao **CONCEDENTE** exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, na forma do art. 5º, § 2º, e arts. 65 a 71 Portaria Interministerial nº. 507, de 2011, de forma suficiente para garantir a plena execução física do objeto, podendo assumir ou transferir a responsabilidade pela sua execução, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

Subcláusula Primeira. O **CONCEDENTE** designará e registrará no SICONV representante para o acompanhamento e fiscalização da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

I - o cumprimento pelo **CONVENENTE** da obrigação contida no item art. 49, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;

- II - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- III - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- IV - a regularidade das informações registradas pelo **CONVENENTE** no SICONV; e
- V - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nos prazos e condições estabelecidas.

Subcláusula Segunda. A fiscalização pelo **CONCEDENTE** nos financiamentos envolver obras e serviços de engenharia consistirá em:

- I - atesto da aquisição de bens e da execução dos serviços realizados no âmbito do Convênio a cada medição, por meio da verificação da compatibilidade dos quantitativos apresentados nas medições com os quantitativos efetivamente executados;
- II - análise e aprovação das eventuais reformulações de Termo de Referência/Projeto Básicos quando houver modificação dos projetos de engenharia e das especificações dos serviços, desde que fundamentadas e justificadas em relatórios técnicos de engenharia elaborados pelo **CONVENENTE**, preferencialmente aprovadas pelo responsável técnico pela elaboração dos projetos de engenharia, observando todas as exigências estabelecidas pela Lei nº 8.666, de 1993, para alteração de contratos administrativos;
- III - verificação da existência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Subcláusula Terceira. A fiscalização pelo **CONVENENTE** consiste na atividade realizada de modo sistemático com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos, na forma da Cláusula intitulada “Da Contratação com Terceiros” e compreende, também, a designação de profissional ou equipe de fiscalização, com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos contratos celebrados.

Subcláusula Quarta. No exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, o **CONCEDENTE** poderá:

- I - valer-se do apoio técnico de terceiros;
- II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;
- III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento; e
- IV - solicitar diretamente à instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do convênio.

Subcláusula Quinta. Constatadas irregularidades na execução deste Convênio ou impropriedades de ordem técnica, o **CONCEDENTE** suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e notificará o **CONVENENTE** para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

Subcláusula Sexta. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE** apreciará e decidirá quanto à aceitação das justificativas apresentadas e dará

Folha nº	10
Processo nº 063.000	002 1017
Rubrica:	8
Matrícula:	1402249-4

ciência à Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 6º, § 2º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Sétima. Findo o prazo fixado para a adoção de providências e a apresentação de esclarecimentos, sem a regularização ou aceitação das justificativas ofertadas, o ordenador de despesas do **CONCEDENTE** realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao **CONVENENTE** para que seja ressarcido o valor respectivo, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Oitava. O **CONCEDENTE** comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público, nos termos dos arts. 6º, §§ 2º e 3º, e 71 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Nona. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula Décima. Quando previsto no Plano de Trabalho, as obras e serviços de engenharia deverão ser executadas por regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, em se tratando de construção nova e, no caso de reforma e ampliação, o regime adotado deverá ser o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

- a) caberá ao **CONVENENTE** exigir a elaboração do projeto executivo da empresa contratada previamente à execução do objeto;
- b) no caso da adoção de empreitada por preço global, a diferença encontrada na elaboração do projeto executivo, sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato; e
- c) a liberação da 2ª parcela do convênio estará vinculada/condicionada à apresentação do Projeto Básico/Termo de Referência.

Subcláusula Décima Primeira. em se tratando de convênio dispendo de financiamento para execução de obras e serviços de engenharia cujo montante seja inferior a R\$ 750.000,00 aplicam-se o disposto nos artigos 77 a 79 da Portaria Interministerial n. 507/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo **CONCEDENTE**, e dos rendimentos obtidos em aplicações no mercado financeiro consiste no procedimento de acompanhamento sistemático que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do convênio e o alcance dos resultados previstos.

Subcláusula Primeira. A Prestação de Contas deverá ser apresentada no SICONV, na forma estabelecida pelo art. 74 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão do objeto pactuado, o que ocorrer primeiro, e será composto, além dos documentos e informações apresentados pelo **CONVENENTE** no SICONV, do seguinte:

- I - relatório de cumprimento do objeto;

- II - notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, aposição de dados do convenente, programa e número do Convênio;
- III - relatório de prestação de contas registrado no SICONV pelo **CONVENENTE**;
- IV - declaração, expedida por técnico habilitado, da realização do objeto e dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do presente Convênio, quando for o caso;
- VI - cópia do Termo de Aceitação de Obras, quando for o caso;
- VII - cópia da documentação comprobatória de serviços de instrutoria, quando for o caso;
- VIII - relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- IX - relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- X - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- XI - termo de compromisso por meio do qual o **CONVENENTE** se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio, nos termos do § 3º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;
- XII - comprovação, quando for o caso, da averbação da construção ou da ampliação do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, conforme disposto na legislação pertinente;
- XIII - fotos do objeto; e
- XIV - comprovar registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES dos equipamentos médico-hospitalares, quando previstos no Plano de Trabalho (Acórdão n. 247/2010-TCU/Plenário).

Subcláusula Segunda. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o **CONCEDENTE** estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

Subcláusula Terceira. O **CONVENENTE** deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas, via notificação eletrônica por meio do SICONV. Enquanto não estiver disponível a notificação eletrônica, a notificação prévia será feita por meio de carta registrada com declaração de conteúdo, devendo a notificação ser registrada no SICONV.

Subcláusula Quarta. Se, ao término do último prazo estabelecido, o **CONVENENTE** não apresentar a prestação de contas no SICONV nem devolver os recursos, o **CONCEDENTE** registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas, e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

Subcláusula Quinta. O **CONCEDENTE** deverá registrar no SICONV o recebimento da prestação de contas, cuja análise será feita no encerramento do Convênio com base na documentação registrada no SICONV, não se equiparando a auditoria contábil, e terá

Folha nº	11
Processo nº 063 000	002 1907
Rubrica:	B
Matrícula:	1402249-4

por fim atestar ou não a conclusão da execução física do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados no art. 59 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Sexta. O **CONCEDENTE** ou, se extinto, o seu sucessor, terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data da sua apresentação no SICONV, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, cabendo ao **CONCEDENTE** prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

Subcláusula Sétima. Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do **CONCEDENTE**, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, observando os art. 82 a 84 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência e adoção dos procedimentos relativos à Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o **CONVENIENTE**, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher à **CONTA ÚNICA DO TESOUREO NACIONAL**, no Banco do Brasil S.A., em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br, Portal SIAFI, informando como beneficiário o Fundo Nacional de Saúde, CNPJ 00.530.493/0001-71, Unidade Gestora 257001, Gestão 00001, Código de Recolhimento a ser informado pelo **CONCEDENTE**:

- I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;
- II - o valor total transferido pelo **CONCEDENTE**, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
 - a) quando não for executado o objeto do Convênio, excetuada a hipótese prevista no art. 72, § 2º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, em que não haverá incidência de juros de mora;
 - b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e
 - c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.
- III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

Subcláusula Primeira. A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo **CONCEDENTE**, independentemente da época em que foram aportados.

Subcláusula Segunda. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a adoção dos procedimentos de cobrança e instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REMANESCENTES

Todos os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos ou produzidos com recursos do **CONCEDENTE** no âmbito deste Convênio, previstos ou não, remanescentes na data da sua conclusão ou extinção, serão de propriedade do **CONVENENTE**, para assegurar a continuidade de programa governamental, observadas as disposições do Decreto nº 6.170, de 2007 e da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Primeira. O inventário de Bens Patrimoniais a ser realizado pelo **CONVENENTE**, após aprovado pelo **CONCEDENTE**, integrará a prestação de contas do Convênio.

Subcláusula Segunda. Os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos ou produzidos em razão deste Convênio constituem garantia real em favor do **CONCEDENTE**, em montante equivalente aos recursos de capital destinados ao **CONVENENTE**, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, aplicando-se a reversão patrimonial quando houver desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos, conforme o disposto na LDO referente à época da celebração.

Subcláusula Terceira. O **CONVENENTE**, observado o tempo de vida útil aplicável ao bem, não poderá proceder ao desfazimento (venda, doação, cessão de uso etc.) sem a prévia e expressa anuência do **CONCEDENTE**, devidamente solicitado e motivado pelo **CONVENENTE**, observada a legislação vigente. Em situações de caso fortuito ou de força maior, o **CONVENENTE** deverá comunicar, formalmente, ao **CONCEDENTE**, anexando a competente ocorrência em órgãos oficiais, para apreciação, registros e autorização à **CONVENENTE** para proceder à baixa e aos efetivos registros.

Subcláusula Quarta. O **CONVENENTE**, nos financiamentos destinados a investimentos físicos (construção, ampliação, reforma e/ou adaptação) obriga-se a afixar Placa de Obra na forma do disposto na IN n. 31/2003, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, publicada no DOU, de 11.09.2003, ou ato que venha a modificar ou suceder, observado o que se dispõe no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESERVA DE PROPRIEDADE

A titularidade das pesquisas científicas, programas desenvolvidos e resultados tecnológicos que deles advenham, financiados com recursos deste instrumento, serão incorporados ao uso do **CONCEDENTE** e de outras esferas de gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, podendo somente ser utilizados tanto pelo **CONVENENTE** ou por terceiros interessados se prévia e expressamente autorizado pelo **CONCEDENTE**, observando-se as disposições e legislação aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

(Minuta chancelada pela CONJUR/MS no Processo n. 25000.022479/2016-31)



Folha nº	12
Processo nº 063 000	002 2017
Rubrica:	
Matrícula:	1402249-4

O presente Convênio poderá ser:

I - **denunciado** a qualquer tempo, ficando os participantes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Única. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a cobrança pela restituição dos valores repassados pelo Conveniente ou instauração de Tomada de Contas Especial, caso não atendido.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo **CONCEDENTE** no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula Primeira. O **CONCEDENTE** registrará no SICONV os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente convênio.

Subcláusula Segunda. O **CONCEDENTE** notificará a celebração deste Convênio à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias, bem como da liberação dos recursos financeiros correspondentes, no prazo de 2 (dois) dias úteis, facultando-se a comunicação por meio eletrônico.

O **CONVENIENTE** obriga-se a:

I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e

III - disponibilizar, por meio da internet, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional do **CONVENENTE** relacionada com o objeto deste convênio será consignada a participação do **CONCEDENTE** na mesma proporção atribuída ao **CONVENENTE** e, em se tratando de material promocional gráfico, áudio e audiovisual, deverá ser consignada a logomarca oficial do **CONCEDENTE** na mesma proporção da marca ou nome do **CONVENENTE**.

Subcláusula Primeira – Fica vedada aos partícipes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, na forma e nos valores previstos no Plano de Trabalho, e desde que delas não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou servidores públicos, consoante disposto no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

Subcláusula Segunda - Deverá ser mantida, obrigatória e permanentemente, em local visível, sob pena de imediata suspensão da liberação dos recursos, placa identificadora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

- I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, quando realizadas por intermédio do SICONV;
- II - as comunicações que não puderem ser efetuadas pelo SICONV serão remetidas por correspondência ou mensagens eletrônicas e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
- III - as mensagens e documentos não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;
- IV - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e
- V - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do SICONV deverão ser supridas através da regular instrução processual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO


Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária DO Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.




E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Júzo ou fora dele.


Brasília, 03 de Outubro de 2016.




RICARDO JOSE MAGALHAES BARROS
Ministro da Saúde


MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION
DIRETORA PRESIDENTE
DO(A) FUNDACAO HEMOCENTRO DE
BRASILIA - DF

Testemunhas:


Nome: Rozilda Alves dos Passos
CPF: 185170301-25


Nome: Sebastião L. Moraes
CPF: 540.118.331-34

Folha nº	13
Processo nº	023.003.002 1612
Rubrica:	
Matrícula:	1402249-4 

02




REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 DISTRITO FEDERAL
 SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
 POLICIA CIVIL
 CPD - INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

MIRIAM DAESI CALMON SEAGSON

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PH. E CAN DIREITO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

6661532

DATA DE EXPIRACAO: 09/10/2001

NOME: MIRIAM DAESI CALMON SEAGSON

PAIS DE ORIGEM: BRASIL

PROFISAO: MEDICINA

UNIVERSIDADE: UNESP - JARDIM CATANI

NATURA DA LICENCA: ESPECIALIZACAO

RUA DE JARDIM CATANI, 100 - JARDIM CATANI - SAO PAULO - SP

CPF: 241.229.951

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.160 DE 28/09/73

Folha nº	14
Processo nº	063.000.002/2017
Rubrica:	Ⓢ
Matricula:	1402249-4

Folha nº 15
 Processo nº 063 000 002 1802
 Rubrica:
 Matrícula: 1402249-4



Ministério da Saúde

**GABINETE DO MINISTRO
 EXTRATOS DE CONVÊNIOS**

Espécie: Convênio Nº 834097/2016, Nº Processo: 25000079753201644, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: HOSPITAL NOSSA SENHORAS DAS GRACAS CNPJ nº 76562198009592, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 200.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 200.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800785, Valor: R\$ 200.000,00, PTRES: 124926, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 07/10/2016 a 07/10/2017, Data de Assinatura: 07/10/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: GEOVANA APARECIDA RAMOS CPF nº 927.017.369-00.

Espécie: Convênio Nº 836338/2016, Nº Processo: 2500014435201632, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: HOSPITAL ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANUNFO CNPJ nº 01269083000181, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 750.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 150.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802326, Valor: R\$ 150.000,00, PTRES: 125686, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 04/10/2016 a 04/10/2017, Data de Assinatura: 04/10/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: JEZIEL DA SILVA RAMOS CPF nº 289.138.331-15.

Espécie: Convênio Nº 834927/2016, Nº Processo: 25000081234201646, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: ASILO DE CARIDADE SANTA GASA DE BOM SU, CESSO CNPJ nº 18863985000144, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 100.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 100.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE801577, Valor: R\$ 100.000,00, PTRES: 125273, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 28/09/2016 a 28/09/2017, Data de Assinatura: 28/09/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: FRANCIMARA RESENDE OUIIMARAS CPF nº 852.797.656-00.

Espécie: Convênio Nº 836462/2016, Nº Processo: 25000145052201619, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR CARIDADE SANTA ROSA CNPJ nº 95815668000101, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 472.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 472.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802390, Valor: R\$ 472.000,00, PTRES: 126062, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 05/10/2016 a 05/10/2017, Data de Assinatura: 05/10/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: ELTON LUIS WALKER CPF nº 447.238.900-25.

Espécie: CONVÊNIO Nº 836412/2016, Nº Processo: 25000145013201611, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA VIRVI RAMOS CNPJ nº 88665914000112, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 800.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 800.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802414, Valor: R\$ 300.000,00, PTRES: 125419, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Num Empenho: 2016NE802415, Valor: R\$ 500.000,00, PTRES: 125995, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 05/10/2016 a 05/10/2017, Data de Assinatura: 05/10/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: IGUATEMY FERREIRA FILHO CPF nº 183.969.250-20.

Espécie: Convênio Nº 836305/2016, Nº Processo: 25000100781201638, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: FUNDACAO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE PE - HEMOPE CNPJ nº 10564953000136, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO AOS PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLÓGICAS, Valor Total: R\$ 499.750,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 499.750,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802003, Valor: R\$ 499.750,00, PTRES: 091353, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44304211, Vigência: 27/09/2016 a 27/09/2017, Data de Assinatura: 27/09/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: YEDA MAIA DE ALBUQUERQUE CPF nº 453.994.414-20.

Espécie: Convênio Nº 836306/2016, Nº Processo: 25000100774201636, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: FUNDACAO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE PE - HEMOPE CNPJ nº 10564953000136, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA, Valor Total: R\$ 240.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 240.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802002, Valor: R\$ 240.000,00, PTRES: 091354, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44304231, Vigência: 28/09/2016 a 28/09/2017, Data de Assinatura: 28/09/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: YEDA MAIA DE ALBUQUERQUE CPF nº 453.994.414-20.

Espécie: Convênio Nº 836269/2016, Nº Processo: 25000100794201615, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANA - FUNSAUDE CNPJ nº 08597121000174, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO AOS PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLÓGICAS, Valor Total: R\$ 243.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 243.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802039, Valor: R\$ 243.000,00, PTRES: 091353, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44314229, Vigência: 27/09/2016 a 27/09/2017, Data de Assinatura: 27/09/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: MICHELE CAPUTO NETO CPF nº 570.893.709-25.

Espécie: Convênio Nº 836286/2016, Nº Processo: 25000100599201687, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: FUNDACAO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA CNPJ nº 86743457000101, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO AOS PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLÓGICAS, Valor Total: R\$ 250.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 250.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802022, Valor: R\$ 250.000,00, PTRES: 091353, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44304211, Vigência: 03/10/2016 a 03/10/2017, Data de Assinatura: 03/10/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION CPF nº 245.222.951-20.

Espécie: Convênio Nº 836284/2016, Nº Processo: 25000100601201618, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: FUNDACAO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA CNPJ nº 86743457000101, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA, Valor Total: R\$ 150.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 150.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE802024, Valor: R\$ 150.000,00, PTRES: 091355, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44304211, Vigência: 03/10/2016 a 03/10/2017, Data de Assinatura: 03/10/2016, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARRROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION CPF nº 245.222.951-20.

**SECRETARIA EXECUTIVA
 EXTRATO DE COMPROMISSO**

ESPÉCIE: Termo de Compromisso que entre si celebram o Ministério da Saúde e o Centro Insititucional de Investigações Hematológicas Dr. Domingos A. Bottrini.
 OBJETO: Execução do projeto "Diagnóstico Molecular em Terapê Real dos Tumores Escleróticos Pedilátricos através da Imagem Lípida obtida pela Técnica de Espectrometria de Massas por OES-ORFETION ELECTROSFRAY IONIZATION (DESI-MSI) e sua correlação com a Classificação Histológica e a Progressão Tumoral", no âmbito da Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRO-NON).
 VIGÊNCIA: A partir da data da publicação até o prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação da resultado da análise da prestação de contas.
 DATA DE ASSINATURA: 07 de outubro de 2016.
 SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde e SILVIA REGINA BRANDALISE, representante legal da Instituição.
 SIPAR DE REFERÊNCIA: 25000.0696102015-43.

EXTRATO DO TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO Nº 56/2816

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e (a) HOSPITAL UNIVERSITARIO CASSIANO ANTONIO MORAES/ES - CNPJ nº 32.479.164/0001-30.
 OBJETO: Dar apoio financeiro para "Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada Em Saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.
 PROCESSO: 25000.064109/2016-71.
 CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 500.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.302.2015.8535.0032, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 6100000000.
 RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 04/07/2017.
 DATA DE ASSINATURA: 07/10/2016
 SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; LUIZ ALBERTO SOBRAL VIEIRA JUNIOR, SUPERINTENDENTE - CPF nº 742.983.807-34.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS Nº S7/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e (a) HOSPITAL UNIVERSITARIO CASSIANO ANTONIO MORAES/ES - CNPJ nº 32.479.164/0001-30.
 OBJETO: Dnr apoio financeiro para "Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada Em Saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.
 PROCESSO: 25000.069272/2016-21.
 CRÉDITO: Os recursos decorrentes da presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 362.858,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.302.2015.8535.0032, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 6100000000.
 RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 362.858,00 (Trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais).
 VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 04/06/2017.
 DATA DE ASSINATURA: 07/10/2016
 SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; LUIZ ALBERTO SOBRAL VIEIRA JUNIOR, SUPERINTENDENTE - CPF nº 742.983.807-34.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS Nº 58/2016

CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - CNPJ nº 00.530.493/0001-71, e (a) HOSPITAL UNIVERSITARIO CASSIANO ANTONIO MORAES/ES - CNPJ nº 32.479.164/0001-30.
 OBJETO: Dar apoio financeiro para "Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada Em Saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.
 PROCESSO: 25800.069283/2016-19.
 CRÉDITO: Os recursos decorrentes da presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 300.000,00, UG: 257001, Gestão: 00001, Programa de Trabalho: 10.302.2015.8535.0032, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 6100000000.
 RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).
 VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 04/07/2017.
 DATA DE ASSINATURA: 07/10/2016
 SIGNATÁRIOS: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CPF nº 061.827.348-41; LUIZ ALBERTO SOBRAL VIEIRA JUNIOR, SUPERINTENDENTE - CPF nº 742.983.807-34.

EXTRATO DO 11º TERMO DE AJUSTE AO 53º TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA(*)

CONVENIENTES: Celebram entre si o Estado da Bahia, por intermédio da SECRETARIA DE SAÚDE - C.N.P.J. nº 13.937.131/0001-41, a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde - C.N.P.J. nº 04.096.431/0001-54 e o Ministério da Saúde C.N.E.J. nº 00.530.493/0001-71
 DEJETO: Inserção de metas e recursos ao Termo de Cooperação Técnica nº 53, firmado entre as partes, necessárias à garantia da Cooperação Técnica entre a SECRETARIA, a ORGANIZAÇÃO e o MINISTÉRIO para o desenvolvimento das atividades do Projeto "Cooperação Técnicas Descentralizadas à Secretarias de Saúde do Estado da Bahia".
 DATA DE ASSINATURA: 19/08/2016.
 VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 06/12/2017.
 SIGNATÁRIOS: FÁBIO VILAS BOAS - Pela Secretaria do Estado da Bahia; ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI - Pelo Ministério da Saúde; CARISSA FAUSTINA ETIENNE - Pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde.

(*) Republiçada por ter sido, no DDU nº 160, de 19/8/2016, Seção 3, página 94, com incorreção no original.

**SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
 COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

a) Processo PEC nº 11422; b) Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016; c) Órgão Gerenciador: MINISTÉRIO DA SAÚDE; d) Fornecedor: L2 COMÉRCIO DE UTILIDADES E DISTRIBUIDORA LOGÍSTICA LTDA - EPP, CNPJ nº 13.816.522/0001-08; e) Objeto: o eventual aquisição de materiais da expediente; f) Valor Total: R\$ 17.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais); g) Vigência: 12 meses a partir do assinatura, em 07/10/2016, inclusive, a 06/10/2017; h) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Decreto nº 7892/2013 e outras leis correlatas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA
DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho nº 1270/2016-DIREX/FHB


Em, 15 de dezembro de 2016.

Ref.: Ofício nº 9133/2016 – MS/SE/FNS
Assunto: Convênio nº 836286/2016.

Folha nº	46
Processo nº 063.000	002/2017
Rubrica:	
Matrícula:	1402249-4

Ao Núcleo de Contratos e Convênios,

Encaminhamos o presente documento para ciência, acompanhamento e demais providências para seguimento dos trâmites administrativos.


JORGE VAZ PINTO NETO
Diretor Executivo
Fundação Hemocentro de Brasília

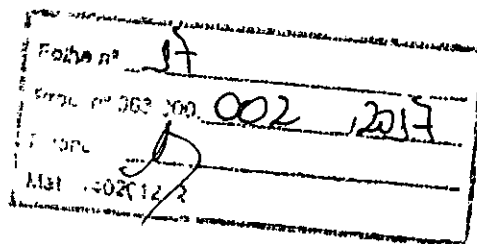
Despacho nº 010/2017 – NCC/GEOF/FHB

Em, 5 de janeiro de 2017.

Processo nº: 063.000.002/2017

Interessado: PRESIDÊNCIA/FHB

Assunto: Convênio nº 836286/2016.



À PRESIDÊNCIA

Senhora Diretora Presidente,

Encaminhamos o presente a Vossa Senhoria para indicação de executor e executor substituto do Convênio abaixo:

- **CONVÊNIO Nº 836286/2016**, firmado com o **MINISTÉRIO DA SAÚDE** que tem como objeto aquisição de equipamento e material permanente para atenção aos portadores de doenças hematológicas.

Respeitosamente,



Julyana Borges

Núcleo de Contratos e Convênios

Gerência de Orçamento, Finanças e Contabilidade

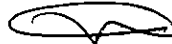
Despacho nº 11/2017 - PRESIDÊNCIA/FHB

Em, 06 de janeiro de 2016.

Ref.: Processo nº 063.000.002/2017
Assunto: Convênio nº 836286/2016.

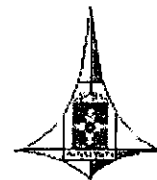
À Assessoria de Infraestrutura,

Encaminhamos o presente processo para conhecimento e indicação de executor e executor substituto do Convênio nº 836286/2016.



Miriam Daisy Calmon Scaggion
Diretora Presidente
Fundação Hemocentro de Brasília

Folha nº 18
Processo nº 063.000.002/2017
Rubrica: <i>Miriam</i>
Matrícula: 14023458



Brasília, 09 de janeiro de 2017.

Despacho N.º 008/2017
INFRAESTRUTURA/FHB
Referência: Processo 063.000.002/2017.
Assunto: Convênio N.º 836.286/2016.

À Presidência,

Senhora Presidente,

Corroborando entendimentos verbais mantidos com as chefias da Gerência de Controle da Qualidade – GECD e da Assessoria de Infraestrutura e Engenharia Clínica – ASSINFRA, indicamos para executor titular o Sr. Erasmo de Souza Moraes Oliveira, mat. 1.402.085-8 e como executora substituta a Sra. Márcia Cristina da Silva, mat. 0200.804-1.



Eng.º Ronaldo B. Tzelikis

Assinfra - FHB

Mat- 1.402.250-8

Chefe

Folha nº	19
Processo nº	063.000.002/2017
	E 8510
Matricula:	1402085-8.

Despacho nº 025/2017 – PRESIDÊNCIA/FHB

Em, 11 de janeiro de 2017.

Ref.: Processo nº 063.000.002/2017

Assunto: Convênio nº 836286/2016 – Ministério Da Saúde

Ao Núcleo de Contratos,

Acolho o despacho à fl. 19 e encaminho o presente processo para providências complementares.



Miriam Daisy Calmon Scaggion
Diretora Presidente
Fundação Hemocentro de Brasília

Folha nº	20
Processo nº	063.000.002/2017
Rubrica:	<i>Miriam Scaggion</i>
Matricula:	14023458

ORDEN DE SERVIÇO DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e consideranda o disposto nos itens 1 e 3 do artigo 6º da Portaria nº 233, de 2 de setembro de 2015, RESOLVE:

CONCEDER AUXÍLIO-NATALIDADE ao (à) servidor (a), (nome, matrícula, dependente, data de nascimento): CAMILLA PERES DA NOBREGA, 14330032, Isac da Nóbrega Figueiredo, 29/10/2016, TALITA MARA IDALGO GABRIEL PATARELLI, 14342669, Felipe Idalogo Patarelli, 01/12/2016, MARIANA TAGLIALEONA OLIVEIRA, 01827928, Bernardo Taglialeona Figueiredo Oliveira Rocha, 29/10/2016, RENATA RODRIGUES LIMA, 16735765, Augusto Vidal Lima, 1405/2016, SOLANGE SOUZA SILVA VENANCIO, 14416964, Laís Souza Venâncio, 08/11/2016, DEIZE LOPES DA PAZ, 01426893, João Lucas Barros da Paz, 04/08/2015, CLAUDIA AUXILIADORA LEAO SOUSA NAVARRO, 01838482, Moisés Leão Navarro, 23/10/2016, nos termos do artigo 62, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.

CONCEDER 07 (SETE) DIAS DE LICENÇA-PATERNIDADE no (à) servidor (a) (nome, matrícula, período, dependente, data de nascimento): IVAN WANDERLEY CALDAS CARVALHO JUNIOR, 14383934, 30/10/2016 a 29/11/2016, Maria Clara Nunes Caldas, 23/10/2016, THIAGO ANDRE FUSCALDI CORREA, 14422549, 23/12/2016 a 29/12/2016, Beatriz Rabelo Fuscaldi, 23/12/2016, nos termos do Artigo 150 da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011.

CONCEDER 23 (VINTE E TRÊS DIAS) DE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-PATERNIDADE no (à) servidor (a) (nome, matrícula, período, dependente, data de nascimento): IVAN WANDERLEY CALDAS CARVALHO JUNIOR, 14383934, 30/10/2016 a 21/11/2016, Maria Clara Nunes Caldas, 23/10/2016, THIAGO ANDRE FUSCALDI CORREA, 14422549, 30/12/2016 a 21/01/2017, Beatriz Rabelo Fuscaldi, 23/12/2016, nos termos do Decreto nº 37.669, de 29 de setembro da 2016, publicado no DODF nº 186, de 30 de setembro de 2016, que institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei Complementar nº 840/2011.

CONCEDER 08 (OITO) DIAS DE AFASTAMENTO EM RAZÃO DE FALECIMENTO de sua mãe (à) servidor (a) FAUSTO JUNIO MOREIRA DA COSTA, Mat. 14383748, no período de 27/10/2016 a 03/11/2016, de sua mãe (à) servidor (a) CARLOS CESAR MESQUITA SCHLEICH, Mat. 01207067, no período de 27/11/2016 a 04/12/2016, de sua mãe (à) servidor (a) BRUNO MORENO ANDRADE CORREIA, Mat. 01455850, no período de 05/10/2016 a 12/10/2016, de sua mãe (à) servidor (a) JANUÁRIA DEILE CARDOSO DA SILVA, Mat. 0136720X, no período de 01/10/2016 a 08/10/2016, de sua mãe (à) servidor (a) MARIA DE FATIMA DE ANCHIETA SILVA, Mat. 01300709, no período de 08/12/2016 a 15/12/2016, de seu pai (à) servidor (a) PATRICK ALEXANDER DE FREITAS BRITO, Mat. 16738319, no período de 06/12/2016 a 13/12/2016, de seu pai (à) servidor (a) CECILIA MARIA SOARES CUNHA, Mat. 01366173, no período de 09/11/2016 a 16/11/2016, de seu pai (à) servidor (a) MARISTELA RIBEIRO DE MEOIROS CHAGAS, Mat. 14417057, no período de 22/12/2016 a 29/12/2016, nos termos do artigo 62, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.

CONCEDER 08 (OITO) DIAS DE AFASTAMENTO EM RAZÃO DE CASAMENTO ao (à) servidor (a), (nome, matrícula, período): JOSE EDILSON GOMES DE SOUSA, 14383462, 30/10/2016 a 06/11/2016, SILVANA ARAUJO RODRIGUES DE OLIVEIRA, 14361965, 08/10/2016 a 15/10/2016, FLOVIA MGRAES DAMACENA, 1435344X, 24/11/2016 a 01/12/2016, LARISSA DOS SANTOS DE LIMA, 1671024X, 15/10/2016 a 22/10/2016, CHARLES RICARDO FRANCO, 01980726, 26/11/2016 a 03/12/2016, ADRIANE FIGUEIREDO MEIRA, 16638557, 26/05/2014 a 02/06/2014, BARBARA HELENA GOMES DE SOUZA, 167512X, 07/12/2016 a 14/12/2016, DANIELLE CHRISTINE DE ALENCAR PAULINO, 1658886X, 21/12/2016 a 28/12/2016, nos termos do artigo 62, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.

HUGO LIMA ALENCAR

ORDENS DE SERVIÇO DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f", do item I, do artigo 56, da Portaria nº 233, de 2 de setembro de 2015, RESOLVE: CONCEDER LICENÇA-ADOÇÃO à servidora NILDA GONCALVES ARAUJO FERREIRA, matrícula nº 171.803-8, Técnico em Saúde - Auxiliar de Enfermagem, lotada na Superintendência da Região de Saúde Leste, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da publicação, conforme decisão judicial proferida em Mandado de Segurança nº. 0700581-43/2016.8.07.0001.

CONCEDER LICENÇA-ADOÇÃO ao servidor ALEXANDRE RICARDO CAMPOS MARQUES, matrícula nº 142.450-5, Téc. Lab. Hematologia e Hemoterapia, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da publicação, nos termos da 26, inciso II, da Lei Complementar nº. 790/2008 e alterações e Nota Técnica nº 1123/2016-AJL/SES, referenda à guarda judicial para fins de adoção, de acordo com a documentação inserida no process nº 271.000.938/2016.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 233, de 21/09/2015, item VII, Art. 5º, publicada no DODF nº 183, de 22/09/2015 e em cumprimento às recomendações exaradas no Relatório de Auditoria nº 78/2003 da Gerência de Auditoria e Tomada de Contas da Diretoria de Auditoria da Administração Direta da Controladoria da Coregedoria-Geral do Distrito Federal, RESOLVE: AUTORIZAR O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, nos termos da Portaria nº 3.214/1978 do MTE, Lei Complementar nº 840/2011 e Lei nº 8.270/1991 e Decreto nº 32.547/2010, aos servidores (Nome, matrícula, cargo, lotação, processo): HOMERO DE SOUZA SILVA, 1401.518-8, Analista de Pol. Pub. e Gestão Governamental, SUPNOR, 060.007.360/2000, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 03/05/2016; CARLOS MARTINS DE RESENDE, 136.359-X, Motorista, SUPSUD, 061.030.133/1997, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 01/05/2014; GRASIELE OLIVEIRA DIAS XAVIER, 142.835-0, Técnica Administrativa, SUPSUD, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 01/03/2016; KELLY BARBOSA VASCONCELOS, 1673632X, Especialista em Saúde - Fisioterapia, HBDF, 270.000.388/2016, grau máximo (20%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 17/02/2016; SAVIO ANANIAS AGRESTA, 16731972, Médico - Nefrologia, SUPSUD, 277.000.239/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 04/02/2016; ANORESA LIMA MELO, 16740521, Médica - Hematologia, SUPSUD, 277.000.220/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 19/02/2016; ALUISIO MENDES DA ROCHA FILHO, 16739442, Médico - Ginecologia e Obstetrícia, SUPSUD, 284.000.146/2016, grau médio (10%), aplicada sobre o vencimento básico a partir de 22/02/2016; JOSE EDVALDO PEREIRA DA SILVA, 16710401, Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem, SUPSUD, 277.000.078/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 03/08/2015; KARINA VIEIRA DA SILVA, 16735099, Auxiliar em Saúde - AOSO - Patologia Clínica, SUPSUD, 284.000.121/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 18/02/2016; GISELENE MARIA DE FATIMA CHAVES,

01309714, Especialista em Saúde - Assistente Social, SUPSUD, 277.000.280/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 01/01/2016; KAROLINA VENCIO FRAUJIN RAMOS, 16733177, Médica - Cirurgia Geral, SUPLES, 282.000.258/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 22/02/2016; TATIANE RAQUEL RODRIGUES, 16733746, Médica - Anestesiologia, SUPLES, 282.000.100/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 22/02/2016; POLLYANA DE ARAUJO TAVEIRA, 16741579, Chefe do Núcleo de Patologia Clínica, SUPSUD, 277.000.279/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 10/03/2016; NADYA BRUNA HOLANDA BARBOSA, 16734467, Auxiliar em Saúde - AOSD - Ortopedia e Gesso, SUPSUD, 277.000.328/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 22/02/2016; JOELMA LEITE MONTEIRO FORTES, 1.674.083-1, Enfermeira do Trabalho, SUPSCN, 271.000.357/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 03/03/2016; MARIA J. CAVALCANTI DE LIMA, 1.436.134-5, Especialista em Saúde - Assistente Social, SUPSUD, 284.000.042/2012, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 01/01/2016; ELIANE DE PAULA ALVES, 183.596-3, Enfermeira, SUPSES, 281.000.321/2009, grau média (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 01/07/2014.

CANCELAR O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, nos termos da Portaria nº 3.214/1978 do MTE, Lei Complementar nº 840/2011 e Lei nº 8.270/1991 e Decreto nº 32.547/2010, aos servidores (Nome, matrícula, cargo, lotação, processo): CRISTIANI ANDRAUS, 196.719-3, Técnico Administrativo, SUPSCN, 271.001.504/2012, Grau médio (10%), a partir de 10/05/2016; LUCIANA BALBINO SOUZA, 133.766-1, Técnica em Saúde - Técnica Administrativa, SUPSUD, 061.042.498/1994, a partir de 01/02/2016.

HUGO LIMA ALENCAR

RETIFICAÇÕES

Na Ordem de Serviço de 06 de dezembro de 2016, publicada no DODF nº 233 de 13/12/2016, referente à concessão da adicional de insalubridade para o servidor THIAGO PEDRO FREITAS ARAUJO, matrícula nº 1.673.316-9, ONDE SE LÊ: "THIEGO PEDRO FREITAS ARAUJO, 1.673.316-9, Médico Ort. e Traumatologia, SUPNOR, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimento básico a partir de 23/03/2016"; LEIA-SE: "...THIEGO PEDRO FREITAS ARAUJO, 1.673.316-9, Médico Ort. e Traumatologia, SUPNOR, 278.000.249/2016, grau médio (10%), aplicado sobre o vencimentn básien a partir de 23/03/2016..."

Na Ordem de Serviço de 14 de outubro de 2016, publicada no DODF nº 196 de 17/10/2016, referente à concessão da adicional de insalubridade para as servidoras EDINEIA OE OLIVEIRA BARBOSA, matrícula nº 1.671.233-1, ONDE SE LÊ: "...Grau médio (10%)..."; LEIA-SE: "...Grau máximo (20%)..."; OALIANE GOMES GONCALVES MARQUES, matrícula nº 1.671.366-4, ONDE SE LÊ: "...Grau médio (10%)..."; LEIA-SE: "...Grau máximo (20%)..."

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 09, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 34.539, de 31 de julho de 2013, RESOLVE:

- Art. 1º Designar ERASMO DE SOUZA MORAES OLIVEIRA, matrícula 1402085-8, como executor, e BARBARA MACIEL SIOU PIMENTEL, matrícula 1401928-0, como executora substituta, do Convênio nº 836284/2016, objeto do processo nº 063.000.001/2017.
Art. 2º Designar ERASMO DE SOUZA MORAES OLIVEIRA, matrícula 1402085-8, como executor, e MÁRCIA CRISTINA DA SILVA, matrícula 200.804-1, como executora substituta, do Convênio nº 836286/2016, objeto do processo nº 063.000.002/2017.
Art. 3º Designar FLAVIA ZATTAR PIAZERA, matrícula 1402001-7, como executora, e SUSANE CARVALHO SARKIS MAARRAQUI, matrícula 1402094-7, como executora substituta, do Convênio nº 008/2016-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.325/2016.
Art. 4º Designar JEFFERSON DIAS BRITO CARMO ARAUJO, matrícula 1402186-2, como executor, e FLAVIA ZATTAR PIAZERA, matrícula 1402001-7, como executora substituta, do Convênio nº 009/2016-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.325/2016.
Art. 5º Designar MARCAL MARIA PEREIRA HOLANDA, matrícula 1401882-9, como executora, e SARA CAMILO, matrícula 1401836-5, como executora substituta, do Convênio nº 012/2016-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.330/2016.
Art. 6º Designar CARLA CARVALHO DALAPICCOLA, matrícula 1401991-4, como executora, e JULIANA COELHO TAMANINI HENRIQUES, matrícula 1402197-8, como executora substituta, do Convênio nº 005/2016-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.315/2016.
Art. 7º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM DAISY CALMON SCAOGION

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE

PORTARIA Nº 02, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 128, XII, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 35.748, de 21 de agosto de 2014, e diante do disposto nos artigos 211, 212 e 219 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e considerando o que consta no Processo nº. 090.003.248/2016, RESOLVE:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico htp://www.in.gov.br/portal/index.html, pelo código 50012017011800044

Form with handwritten entries: Folha nº 21, Proc. nº 063.000.1002/2017, Rubrica, Mat.: 1402012-2



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA
Gerência de Orçamento, Finanças e
Contabilidade

Ofício n.º 045 /2017-CODAG/FHB/SES

Brasília, 19 de maio de 2017.

Senhor Subsecretário,

Solicitamos o obséquio de cadastrar o domicílio bancário abaixo em nome da Fundação Hemocentro de Brasília, em virtude da celebração do Convênio 836.286/2016 celebrado com a União Federal, por meio do Ministério da Saúde, na seguinte forma:

UG: 170202
GESTÃO: 17202
BANCO: 104
AGÊNCIA: 0002-7
CONTA CORRENTE: 211-9
NOME: CONVÊNIO 836.286/2016 – FHB/MS/CAIXA
TIPO DE CONTA: CONVÊNIO
TIPO DE DOMICÍLIO: COMUM
NOME DO CONVÊNIO: 836286/2016
CNPJ: 00.530.493/0001-71 (Fundo Nacional de Saúde)
FONTE: 221000000

RECEBI	
Em	20/05/17
As	Mora.
Nome:	El
Matrícula:	308046

Atenciosamente,

Elenilde Pereira da Silva Ribeiro Costa

Elenilde Pereira da Silva Ribeiro Costa
Coordenação de Administração Geral - CODAG/FHB
Coordenadora

Senhor Subsecretário
Hélio Ferreira
Subsecretaria de Contabilidade – Secretaria de Estado de Fazenda do GDF
SCS Quadra 09, Torre A, 5º andar, Edifício Cidade Corporate
Brasília - DF

Folha nº	22
Processo nº	062000.002/2017
Rubrica:	Helio
Matrícula:	1.401.823-X

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A425 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 08/05/2017

>> NAO HA LANCAMENTOS PARA O PERIODO

| EXTRATO

PAG: 001

AG: 0002 - PLANALTO

OPER: 006 CONTA: 211-9

PERIODO: 01042017 ATE: 30042017

CGC: 86.743.457/0001-01

NOME: FUNDACAO HEMOCENTRO DE BR

LIMITE FLUTUANTE GIM: 0,00

LIMITE CHEQUE AZUL: 0,00

VLR.BLQ.JUDICIAL : 0,00

DATA MOVTO NR.DOC HISTORICO

V A L O R

S A L D O

SALDO EM 05/05/2017 R\$

0,00

F1 AJUDA F2 EXTRATO ANTERIOR F5 EXTRATO P.A.I. F7 VOLTAR PAG

F3 RETORNAR F4 POS.INVESTIMENTOS F6 RESUMO LIMITES F8 AVANCA PAG F12 FINALIZAR

Folha nº 23
Processo nº 063000002/2017
Rubrica: <i>Almeida</i>
Matricula: 1.401.923-X

fechar X

Loading Image...

6.14 [Entrar no sistema com senha](#)



Home

[Página Principal](#)

[Propostas](#)

[Convênios](#)

[Execução](#)

[Banco de Projetos](#)

[Chamamento Público](#)

[Verificação de Regularidade](#)

[Principal](#) [Consultar Pré-Convênio/Convênio](#)

[Acesso Livre](#)

Consultar Pré-Convênio/Convênio

36000 - MINISTERIO DA SAUDE

Convênio 836286/2016

[Dados da Proposta](#)

[Plano de Trabalho](#)

[Projeto Básico/Termo de Referência](#)

[Execução Concedente](#)

[Execução Conveniente](#)

[Dados de Prestação de Contas](#)

[Programas](#)

[Participantes](#)

[Declarações](#)

Folha nº	24
Processo nº	063000002/2017
Rubrica:	Almi
Matrícula:	1.401.923-X

Prezado, devido a entrada do novo módulo de cadastro, os cadastros de proponente constantes da base do Siconv devem ser revalidados. Solicitamos que revalide o cadastro deste proponente, bem como atualize as informações de acordo com a receita federal. Advertimos que caso esta proposta seja aprovada, esta atualização será imprescindível para celebração.

Modalidade	Convênio	Situação no SIAFI	Enviado para o SIAFI - 2016NS064698
Situação de Contratação Atual	Normal		
Situação	Em execução		
	Empenhado	simPublicação	Publicado
Número do Convênio	836286/2016	Número da Proposta	026654/2016
Número Interno do Órgão	26654/2016		
Número do Processo	25000.100599/2016-87		

Lista de Documentos Digitalizados

Nome Arquivo	Data Upload	Baixar
Convênio 836286_2016.pdf	07/12/2016	Baixar
Proponente: CNPJ 86.743.457/0001-01 - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA		
		Detalhar

Executores

Nenhum registro foi encontrado.

Fundamento Legal	Decreto 6170 de 2007 e alterações.
Órgão	36000 - MINISTERIO DA SAUDE

Justificativa Aquisição de equipamentos de laboratório, para uso no Laboratório de Controle de Qualidade Interna, da Fundação Hemocentro de Brasília ? FHB. Visa a adequação tecnológica e modernização de equipamentos, com otimização dos recursos de mão-de-obra e retirada de uso dos equipamentos em obsolescência.

Objeto do Convênio AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO AOS PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLÓGICAS

Capacidade Técnica e Gerencial

Arquivos Anexos - Capacidade Técnica e Gerencial

Nenhum registro foi encontrado.

OBTV

Opera por OBTV	Sim	Permite OBTV do tipo "OBTV para o Conveniente"	Não
-----------------------	-----	---	-----

Dados Bancários

Banco	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
Agência	0002-7	Conta	0060002119

Situação	Conta Pendente de Regularização	Data da Última Modificação	04/10/2016 00:00:00
-----------------	---------------------------------	-----------------------------------	---------------------

Descrição O SICONV recebeu o número da conta-corrente do convênio. Para regularizar esta conta, o Conveniente deve se dirigir à instituição bancária para entregar os documentos necessários, conforme orientação da própria instituição.

Datas

Data da Proposta	29/06/2016
Data Assinatura	03/10/2016
Convênio publicado no DOU em	10/10/2016
Data Início de Vigência	03/10/2016
Data Término de Vigência Atual	03/10/2017
Data Limite p/ Prestação de Contas	02/12/2017

Valores

R\$ 250.000,00 Valor Global
 R\$ 250.000,00 Valor de Repasse
 R\$ 0,00 Valor da Contrapartida
 R\$ 0,00 Valor Contrapartida Financeira
 R\$ 0,00 Valor Contrapartida Bens e Serviços
 R\$ 0,00 Valor de Rendimentos de Aplicação

Anexos de comprovação da contrapartida

Nenhum registro foi encontrado.

Cronograma orçamentário do valor do repasse

Ano	Valor (R\$)
2016	R\$ 250.000,00

Foto nº .25
 Processo nº 063000002/2017
 Rubrica: Alim
 Matrícula: 1.401.923-X

**Detalhamento de Transferência**

Espécie	1 - Convênio	Inadimplente	Não		
Número de Transferência	012532	Espécie SAFI	1		
Concedente	00530493000171 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE-MS Transferência SAFI 836286				
Beneficiário	170202-17202 - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE Valor Transferência 250.000,00				
Número Original	836286/2016	Área Beneficiada	SAÚDE		
Processo	063.000.002/2017	Valor Contrapartida	0,00		
Data Celebração	03/10/2016	Data Efetiva Prest. Contas			
Data Início Vigência	03/10/2016	Data Conclusão	Data Publicação 10/10/2016		
Data Prestação Contas	02/12/2017	Data Fim Vigência	03/10/2017		
Unidade Gestora	170202	Gestão	17202		
Banco	104	Agência	00027	Conta	211-9
Interveniente	80808080810 -				
Executor	48031186120 - ERASMO DE SOUZA MORAES OLIVEIRA				
Gestor Beneficente	24522295120 - MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION				
Gestor Concedente	42478979934 - RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS				
Objeto	Aquisição de equipamentos de laboratório, para uso no Laboratório de Controle de				
Justificativa	Visa a adequação tecnológica e modernização de equipamentos, com otimização dos				
Numeros dos Empenhos					
Setor Responsável	ASSINFRA				
Situação do Registro	Ativo				

26
Processo nº 063000002/2017
Rubrica: <i>U. Almeida</i>
Matrícula: 1.401.923-X



Detalhamento de Nota de Lançamento

Data de Emissão 01/06/2017 Data de Lançamento 01/06/2017 N. Documento 2017NL01085
Unidade Gestora 170202 - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB
Gestão 17202 - FUNDACAO HEMOCENTRO
Credor 170202-17202 - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB
Contrato Fatura/NF 00000000000000000000 Processo 063.000.002/2017
Transferência 12532 Espécie 1 Decreto

Evento Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Fonte	Valor
570650 012532				250.000,00

Observação REGISTRO DE VALORES A RECEBER DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA REF. AO CONVÊNIO N° 836286/2016, CELEBRADO EM 03/10/2016, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO.

Usuário Lançado em: 01/06/2017 às 11:10 por 03713194637 - LUCIANA APARECIDA DE SIQUEIRA

Folha nº 27
Processo nº 063.000.002/2017
Rubrica: (Alm)
Matricula: 1.401.923-X



GOVERNO DO E
SECRETARIA DE
FUNDAÇÃO HEMO
Coordenação de

Folha nº 28
Processo nº 0630000002/2017
Rubrica: <u>Alc</u>
Matrícula: 1.401.923-X

A
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AG. PLANALTO - 0002
SBS QD 01 BL. L TERREO
CEP 70070-100

Senhor (a) Gerente,

1. Vimos por meio deste, dar ciência da(s) conta(s)
Caixa Econômica Federal, na Agência Planalto

Tipo de Conta	Número da conta	CN
Corrente	0002.006.211-9	86.743.45
Corrente	0002.006.212-7	86.743.45
Corrente	0002.006.647217-6	86.743.45
Corrente	0002.006.647218-4	86.743.45

2. Autorizo a movimentação destas contas pelos s
forma:

Conforme decreto 35.054 de 31/12/2013 artigo
Hemocentro DF, onde o Coordenador Geral
bancarias em conjunto com o Diretor Presidente

Nome	
Miriam Daisy Calmon Scaggion	Direto
Elenilde Pereira da Silva Ribeiro	Coord. de

3. Indico ainda, o representante, daqueles listac
cadastramento da senha de 04 dígitos das conta

Nome: **Elenilde Pereira da Silva Ribeiro Costa**

4. Segue em anexo, devidamente autenticada, a c
exigida na legislação.

Respeitosamente,

Miriam D. C. Scaggion Elenilde
Representante(s) Legais

☑ SMHN Quadra 03 Conjunte
☎ TELEFONE: (61) 3327-4459/22/29 FAX: (61) 33
"BRASÍLIA - PATRIMÔNIO CU

JUSMAR GORGES DE AZEVEDO
Matr. 081893-0
Gerente de Atendimento PJ

RECEBI

Em 14.06.17
As 14 Horas, 50 min

Nome: _____
Matrícula: _____



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA
Coordenação de Administração Geral

Folha nº 29
Processo nº 063000002/2017
Rubrica: *Alus*
Matrícula: 1.401.823-X

Brasília-DF., 13 de junho de 2017

À
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AG. PLANALTO - 0002
SBS QD 01 BL. L TERREO
CEP 70070-100

Senhor (a) Gerente,

1. Vimos por meio deste, dar ciência da(s) conta(s) aberta(s) automaticamente junto à Caixa Econômica Federal, na Agência Planalto 0002-7, conforme abaixo:

Tipo de Conta	Número da conta	CNPJ	Origem da Conta
Corrente	0002.006.211-9	86.743.457/0001-01	Portal de Convênios
Corrente	0002.006.212-7	86.743.457/0001-01	Portal de Convênios
Corrente	0002.006.647217-6	86.743.457/0001-01	REPASSE DE RECURSOS DO OGU
Corrente	0002.006.647218-4	86.743.457/0001-01	REPASSE DE RECURSOS DO OGU

2. Autorizo a movimentação destas contas pelos servidores indicados abaixo, na seguinte forma:

Conforme decreto 35.054 de 31/12/2013 artigo 29 do regimento interno aprovado do Hemocentro DF, onde o Coordenador Geral de Administração assina as ordens bancárias em conjunto com o Diretor Presidente.

Nome	Cargo/Função	CPF
Miriam Daisy Calmon Scaggion	Direto(a)r Presidente	245.222.951-20
Elenilde Pereira da Silva Ribeiro	Coord. de administração geral	718.605.331-91

3. Indico ainda, o representante, daqueles listados acima, que será responsável pelo cadastramento da senha de 04 dígitos das contas:

Nome: **Elenilde Pereira da Silva Ribeiro Costa**

4. Segue em anexo, devidamente autenticada, a cópia da documentação pessoal dos servidores exigida na legislação.

Respeitosamente,

Miriam D. C. Scaggion *Elenilde P. da S. Ribeiro Costa*

Representante(s) Legais

Carimbo/assinatura Caixa

DECLARAÇÃO VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS ATOS
PRATICADOS PELO ENTE PÚBLICO

A FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, FUNDAÇÃO PUB. DE DIREITO PUB. EST. OU DO DF com sede SMHN QD 03 CONJ A BL N. 03 – CEP 70.710-100 – ASA NORTE BRASÍLIA - DF, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 86.743.457/0001-01.

DECLARA:

- a) foi instituída e é mantida pelo poder público estadual/distrital;
- a) que o ente público atende aos requisitos da lei;
- b) que os seus atos praticados e atividades são vinculados a suas finalidades essenciais ou a delas decorrentes, nos termos da lei;
- c) o signatário declara que é representante legal do ente público e está ciente de que a falsidade na prestação de qualquer informação aqui constante o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação penal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art 1º da Lei nº 8.137, de 27/12/1990).

Brasília, 08 de Junho de 2017.

M. Miniom D. C. Scappan Edemilde P. dos S. Pires Castro
Rep. Legal

Atesto que a assinatura acima é do responsável legal da entidade nos termos dos documentos pessoais e da entidade que me foram apresentados.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Folha nº 30
Processo nº 068.000.002/2017
Rubrica: <u>Edemilde P. dos S. Pires Castro</u>
Matrícula: 1.401.923-X

Condições Contratuais da Conta de Depósito

Declaro que estou ciente e de acordo com as cláusulas e condições para abertura, movimentação e encerramento de conta de depósitos, tendo recebido uma cópia do Contrato registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília/DF, sob o nº 0003791918.

Autorizo a Caixa Econômica Federal a consultar, pesquisar ou incluir informações em banco de dados junto a centrais de informações cadastrais no país e, em especial, à Central de Risco do Banco Central do Brasil, nos termos da legislação, em nome da Pessoa Jurídica titular desta conta de depósito e/ou seu(s) representante(s) legal(is).

Termo de Responsabilidade

Responsabilizo-me pela exatidão das informações prestadas, à vista dos originais do documento de identificação, do CPF e outros comprobatórios dos demais elementos de informação apresentados, sob pena de aplicação do disposto no Artigo 64, da Lei nº. 8.383, de 30/12/1991.

BRASILIA, 14 de JUNHO de 2017
Local/Data

Wilson D. C. Scarpone
Assinatura Representante
Legal/Procurador

Emílio P. dos Reis Costa
Assinatura Representante
Legal/Procurador

Assinatura sob carimbo
Caixa / Agência /
Posto de Atendimento

Assinatura sob carimbo
Gerente

SAC CAIXA: 0800 726 0101

(informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

www.caixa.gov.br

Folha nº 3A	4
Processo nº 063.000.002/2017	
Rubrica: <u>Alm</u>	
Matricula: 1.401.623-X	



Ficha de Abertura e Autógrafos - Pessoa Jurídica
Pública

MÓDULO III - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURAS DO REPRESENTANTE LEGAL/PROCURADOR

CNPJ vinculado 86743457/0001-01 Razão Social FUNDACAO HEMOCENTRO DE BRASILIA

Nome completo por extenso do Representante Legal/
Procurador Representante Legal
ELENILDE PEREIRA DA SILVA RIBEIRO Procurador
COSTA

Documento nomeação/ procuração Data término mandato / validade da procuração
D.O.DF / /

Endereço/ Endereço Eletrônico/Telefone

Logradouro e bairro
SQSW 302 BL E 311

Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone
BRASILIA	DF	70673205	61 983602226

E-mail
elenilde.costa@fjb.df.gov.br

Documento de Identificação

Tipo	1-Identidade	2-Funcional	3-Identidade Militar	4-Passaporte
6	5-Identidade Estrangeiro	6-Habilitação	7-Outros	

Nº Identidade	Emissor	UF	Data	CPF
01690753987	DETRAN	DF	23/10/15	718.605.331-91

Data de Nascimento	Local Nascimento (Cidade / UF)	Código Ocupação	Profissão
29/09/1980	BACABAL - MA	111	MEDICO

E.Civil	1 - Solteiro	Sexo	1 - Feminino	Nac.	1 - Brasileira
2	3 - União Estável	1	2 - Masculino	1	2 - Estrangeira

Filiação
JOSE RIBAMAR RIBEIRO E DORACI PEREIRA DA SILVA RIBEIRO

Elenilde Pereira Ribens Costa
Assinatura Representante Legal/Procurador

Elenilde Pereira Ribens Costa
Assinatura Representante Legal/Procurador

Assinatura sob carimbo
Caixa / Agência /
Posto de Atendimento

Assinatura sob carimbo
Gerente

Folha nº 821
Processo nº 063.000.002/2017
Rubrica: *Almeida*
Matrícula: 1.401 923-X

MÓDULO III - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURAS DO REPRESENTANTE LEGAL/PROCURADOR

CNPJ vinculado | Razão Social
86743457/0001-01 | FUNDACAO HEMOCENTRO DE BRASILIA

Nome completo por extenso do Representante Legal/Procurador | Representante Legal | Procurador
MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION

Documento nomeação/ procuração | Data término mandato / Validade da procuração
D.O DF | / /

Endereço/ Endereço Eletrônico/Telefone
Logradouro e bairro
SHCGN 708 BL H AP 103

Cidade | UF | CEP | DDD/Telefone
BRASILIA | DF | 70740768 | 61 99991-2596

E-mail
miriam.scaggion@fhh.df.gov.br

Documento de Identificação

Tipo | 1-Identidade 2-Funcional 3-Identidade Militar 4-Passaporte
6 | 5-Identidade Estrangeiro 6-Habilitação 7-Outros

Nº Identidade | Emissor | UF | Data | CPF
01226987171 | DETRAN | DF | 14/05/15 | 245.222.95120

Data de Nascimento | Local Nascimento (Cidade / UF) | Código Ocupação | Profissão
06/04/1960 | Rio de Janeiro - RJ | 111 | MEDICO

E.Civil | 1 - Solteiro 2 - Casado 3 - União Estável 4 - Outros | Sexo | 1 - Feminino 2 - Masculino | Nac. | 1 - Brasileira 2 - Estrangeira
2 | 1 | 1 | 1

Filiação

JACINTO DE MEDEIROS CALMON E DAYSE LIEPIN CALMON

Miriam D.C. Scaggion | *Miriam D.C. Scaggion*
Assinatura Representante Legal/Procurador | Assinatura Representante Legal/Procurador

Assinatura sob carimbo
Caixa / Agência /
Posto de Atendimento

Assinatura sob carimbo
Gerente

Folha nº 33
Processo nº 063000.002/2017
Rubrica: *[assinatura]*
Matrícula: 1.401.923-X



1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83523/2016. CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: UNIAO OESTE PARANAENSE DE ESTUDOS E COMBATE AO CANCER, Estado do PARANA CNPJ nº. 81.270.548/0001-53, Valor Total: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), Vigência: 14/12/2016 a 14/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83542/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 17.209.891/0001-93, Valor Total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), Vigência: 01/12/2016 a 14/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83528/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 16.826.067/0001-10, Valor Total: R\$ 249.960,00 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta reais), Vigência: 21/09/2016 a 09/06/2018, Data da Assinatura: 22/06/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / DARCIO GUEDES JUNIOR - Diretor Executivo Substituto.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83528/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 60.973.737/0075-98, Valor Total: R\$ 999.500,00 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta reais), Vigência: 26/12/2016 a 13/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83528/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, Estado de SANTA CATARINA CNPJ nº. 86.531.893/0001-98, Valor Total: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), Vigência: 11/08/2016 a 09/06/2018, Data da Assinatura: 22/06/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / DARCIO GUEDES JUNIOR - Diretor Executivo Substituto.

2ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83517/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO BRASIL, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 17.032.293/0001-91, Valor Total: R\$ 249.960,00 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta reais), Vigência: 08/12/2016 a 09/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83530/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: HOSPITAL SANTA TEREZINHA, Estado do RIO GRANDE DO SUL CNPJ nº. 87.264.793/0001-21, Valor Total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), Vigência: 01/08/2016 a 13/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83542/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTIAGO, Estado do RIO GRANDE DO SUL CNPJ nº. 06.136.643/0001-36, Valor Total: R\$ 201.000,00 (duzentos e um mil reais), Valor de Contrapartida: R\$ 1.000,00 (um mil reais), Vigência: 15/08/2016 a 14/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83541/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 17.209.891/0001-93, Valor Total: R\$ 299.953,00 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e três reais), Vigência: 28/09/2016 a 14/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83528/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 17.209.891/0001-93, Valor Total: R\$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais), Vigência: 28/09/2016 a 13/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83542/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 17.209.891/0001-93, Valor Total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), Vigência: 01/12/2016 a 14/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83548/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 17.209.891/0001-93, Valor Total: R\$ 299.950,00 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta reais), Vigência: 28/09/2016 a 14/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83595/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: HOSPITAL DE CARIDADE E BENEFICENCIA, Estado do RIO GRANDE DO SUL CNPJ nº. 87.768.735/0001-48, Valor Total: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), Vigência: 14/10/2016 a 09/06/2018, Data da Assinatura: 22/06/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / DARCIO GUEDES JUNIOR - Diretor Executivo Substituto.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83627/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDAÇÃO PRO-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA-RJ, FUNDARJ, Estado do RIO DE JANEIRO CNPJ nº. 32.319.972/0001-30, Valor Total: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), Vigência: 07/12/2016 a 20/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83627/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAPA, Estado do AMAPA CNPJ nº. 11.763.561/0001-90, Valor Total: R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), Valor de Contrapartida: R\$ 12.000,00 (doze mil reais), Vigência: 28/09/2016 a 20/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83627/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC/CEPON, Estado de SANTA CATARINA CNPJ nº. 86.897.113/0001-57, Valor Total: R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), Vigência: 29/09/2016 a 20/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83627/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DA BAHIA, Estado da BAHIA CNPJ nº. 34.306.340/0001-67, Valor Total: R\$ 137.200,00 (cento e trinta e sete mil, duzentos e sessenta reais), Vigência: 28/09/2016 a 20/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83624/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DA BAHIA, Estado da BAHIA CNPJ nº. 34.306.340/0001-67, Valor Total: R\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais), Valor de Contrapartida: R\$ 100,00 (cem reais), Vigência: 28/09/2016 a 20/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83624/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, Estado do DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº. 86.743.457/0001-01, Valor Total: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), Vigência: 03/10/2016 a 20/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83628/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE RIBEIRAO PRETO, Estado de SAO PAULO CNPJ nº. 61.255.791/0001-22, Valor Total: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), Vigência: 28/09/2016 a 20/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83624/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, Estado do DISTRITO FEDERAL CNPJ nº. 86.743.457/0001-01, Valor Total: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), Vigência: 03/10/2016 a 20/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83636/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: ASSOCIACAO DBRAS SOCIAIS IRMA DULCE, Estado da BAHIA CNPJ nº. 15.178.551/0001-17, Valor Total: R\$ 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos reais), Vigência: 04/10/2016 a 13/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83636/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: LIGA ALVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL, Estado da BAHIA CNPJ nº. 15.170.723/0001-06, Valor Total: R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), Vigência: 04/10/2016 a 09/06/2018, Data da Assinatura: 22/06/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / DARCIO GUEDES JUNIOR - Diretor Executivo Substituto.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83635/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDAÇÃO UNIVERSITARIA DE CARDIOLOGIA, Estado do DISTRITO FEDERAL CNPJ nº. 92.898.550/0000-00, Valor Total: R\$ 1.904.286,00 (um milhão, novecentos e quatro mil, duzentos e oitenta e seis reais), Vigência: 01/12/2016 a 14/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83637/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SAO FRANCISCO DE ASSIS - FISFA, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 13.025.354/0001-32, Valor Total: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), Vigência: 08/12/2016 a 09/06/2018, Data da Assinatura: 22/06/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / DARCIO GUEDES JUNIOR - Diretor Executivo Substituto.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 83637/2016, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS GRACAS, Estado de MINAS GERAIS CNPJ nº. 24.993.560/0001-52, Valor Total: R\$ 202.961,00 (duzentos e dois mil, novecentos e sessenta e um reais), Valor de Contrapartida: R\$ 2.961,00 (dois mil, novecentos e sessenta e um reais), Vigência: 24/03/2017 a 13/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

5ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 774079/2012, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE, Estado de PERNAMBUCO CNPJ nº. 10.069.782/0001-53, Valor Total: R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), Vigência: 27/12/2012 a 20/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

3ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº N.º 00216/2014, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: INSTITUTO DE PROTECAO E ASSISTENCIA A INFANCIA DO RN, Estado do RIO GRANDE DO NORTE CNPJ nº. 08.337.560/0001-96, Valor Total: R\$ 900.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), Vigência: 15/08/2014 a 02/05/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 821116/2015, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: ASSOCIACAO VERANENSE DE ASSISTENCIA EM SAUDE, Estado do RIO GRANDE DO SUL CNPJ nº. 87.873.279/0001-04, Valor Total: R\$ 152.020,00 (cento e cinquenta e dois mil e vinte reais), Valor de Contrapartida: R\$ 2.020,00 (dois mil e vinte reais), Vigência: 29/12/2016 a 14/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

1ª Prorroga de Ofício do Convênio Nº 821927/2015, CONVENIENTES: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: ASSOCIACAO VERANENSE DE ASSISTENCIA EM SAUDE, Estado do RIO GRANDE DO SUL CNPJ nº. 87.873.279/0001-04, Valor Total: R\$ 601.100,00 (seiscentos e um mil e cem reais), Valor de Contrapartida: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), Vigência: 29/12/2016 a 13/06/2018, Data da Assinatura: 03/07/2017, Assina: Pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Diretor Executivo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/brasilia/ufcrl.html>, pelo código 00032017070500104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Folha nº 34
Processo nº 063.000.002/2017
Rubrica: [assinatura]
Matricula: 1.401.923-X



Detalhamento de Transferência


Espécie	1 - Convênio	Inadimplente	Não		
Número de Transferência	012532	Espécie SAFI	1		
Concedente	00530493000171 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE-MS Transferência SAFI 836286				
Beneficiado	170202-17202 - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE Valor Transferência 250.000,00				
Número Original	836286/2016	Área Beneficiada	SAÚDE		
Processo	00000-0063000002/2017-00	Valor Contrapartida	0,00		
Data Celebração	03/10/2016	Data Efetiva Prest. Contas			
Data Início Vigência	03/10/2016	Data Conclusão	Data Publicação 10/10/2016		
Data Prestação Contas	02/12/2017	Data Fim Vigência	20/06/2018		
Unidade Gestora	170202	Gestão	17202		
Banco	104	Agência	00027	Conta	211-9
Interveniente	80808080810 -				
Executor	48031186120 - ERASMO DE SOUZA MORAES OLIVEIRA				
Gestor Beneficente	24522295120 - MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION				
Gestor Concedente	42478979934 - RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS				
Objeto	Aquisição de equipamentos de laboratório, para uso no Laboratório de Controle de				
Justificativa	Visa a adequação tecnológica e modernização de equipamentos, com otimização dos				
Numeros dos Empenhos					
Setor Responsável	ASSINFRA				
Situação do Registro	Ativo				


Folha nº	35
Processo nº	063000.002/2017
Rubrica:	<i>du</i>
Matrícula:	1.401.923-X

PDET030 - Detalhamento de Aditivo de Contrato

Espécie	[012532]
Número Transferência	[012532]
Número Aditivo	[001]
Data Publicação	[03/07/2017]
Descrição	PRORROGA DE OFÍCIO A VIGÊNCIA PARA 20/06/2018.
Situação do Registro	<input type="checkbox"/> Inativo

▶ Próximo

 Imprimir

 Sair

Folha nº 36
Processo nº 063000.002/2017
Rubrica: <i>Alms</i>
Matrícula: 1.401.923-X

Brasília, 24/7/2018.

Solicitamos a conversão deste
Presente processo, de meio físico
Para meio eletrônico (SEI).

Após conversão enviar o processo para
ASSINFRA.



Flávio Laurindo Machado
Técnico em Atividades do Hemocentro
Matrícula 1.402.010-6



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

Folha nº 37

Processo 063.000.002/2017

Rubrica: Traça 1682028-2

Despacho

GEAPS/CODAG/FHB em, 25/07/2018

Referência: Processo nº 063.000.002/2017

Assunto: **Convênio nº 836286/2016 – Ministério da Saúde.**

AO

NÚCLEO DE PROTOCOLO/GEAPS

Senhor Chefe,

Encaminhamos o presente a Vossa Senhoria para conversão de meio físico para eletrônico visando à tramitação no SEI-GDF, conforme solicitado no verso da fl. 36, observando o nível de acesso público.

Solicitamos ainda que, após inclusão do Termo de Encerramento SEI, o processo físico seja arquivado e o eletrônico seja enviado à ASSINFRA/FHB para continuidade dos procedimentos pertinentes ao setor.

Elaine Tavares Martins do Lago
Gerência de Apoio e Serviços/CODAG
Gerente